

Constituinte está ameaçada

ALFREDO LOBO
Repórter Especial

2 DEZ 1986

Dois objetivos impulsionam a luta das forças mais conservadoras do sistema político para manter Senado e Câmara em funcionamento concomitante com a Constituinte: primeiro, negar ou reduzir a soberania e a liberdade da Constituinte; segundo, colocar em jogos os cargos nas mesas diretoras e as funções de liderança, com suas mordomias e seu poder de barganha político, na linha do mais puro fisiologismo.

O artigo 1º da emenda constitucional que convocou a Constituinte diz: "Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembleia Nacional Constituinte. Livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional".

Não era esta, contudo, a proposta oriunda do presidente José Sarney, que a este texto acrescentava uma frase final: "... sem prejuízo de suas atribuições constitucionais". Na votação da emenda, a maioria — tanto na Câmara como no Senado — entendeu de retirar o apêndice, derrubando a primeira tentativa de minimizar e cercear os trabalhos da Constituinte. O Congresso não queria Senado e Câmara funcionando.

A questão tem antecedentes no fato de que, pela primeira vez na história do País, reúne-se uma Constituinte sem prévia ruptura institucional, dentro do acordo costurado por Tancredo Neves para uma transição pacífica e negociada do autoritarismo para a democracia.

O acordo de Tancredo com o regime militar — celebrado em muitos encontros secretos do falecido presidente com o ex-presidente Figueiredo e com o ex-ministro do Exército, general Walter Pires — manteve atuantes em setores-chave vozes que representam o pensamento fundamental do antigo regime. Após as eleições, quando o PMDB andou pedindo a cabeça do ministro Marco Maciel e outros do PFL, falou-se muito que o regime é presidencialista e que o ministério pertence a Sarney. Isso vale apenas para os elvis. Sarney, quando reformou o ministério às vésperas do Plano Cruzado (o primeiro), livrou-se dos compromissos políticos de Tancredo, mas não dos compromissos estratégicos. Leônidas Pires Gonçalves, Henrique Sabóia, Otávio Moreira Lima, Bayma Denys e Ivan Mendes não são ministros do Sarn Sarney, como não eram sequer ministros do Tancredo, mas frutos do acordo de transição.

Fez parte do acordo de transição que a Constituinte — se era inevitável, pois consequência de um compromisso assumido em praça pública pelo PMDB e, depois, pela Aliança Democrática — seja congressual e não autônoma e apartidária. Discutiu-se muito isso na época, com a OAB, a Igreja, os sindicatos e os pequenos partidos de esquerda lutando em vão pela autonomia da Constituinte.

Sarney e as forças conservadoras impuseram a Constituinte congressual, com a pequena derrota que representou a retirada daquela expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais". Agora lutam para recolocar em debate matéria vencida. "Será um erro histórico", lamenta o líder do PMDB (e do governo?), deputado Pimenta da Veiga, da esquerda partidária. "Não admito o fechamento do Senado pela Constituinte", rebate o líder do governo (e do PMDB?), senador

Alfredo Campos. "O corpo não pode ter duas almas", diz o deputado Egidio Ferreira Lima, da esquerda católica do PMDB, temeroso de que o funcionamento concomitante crie um "quadro de esquizofrenia".

O posicionamento do líder do PFL, senador Carlos Chiarelli — largamente derrotado no pleito para o governo do Rio Grande do Sul — é exemplar da esquizofrenia institucional que pode tomar conta do País se for negada a soberania da Constituinte. Cena 1: "A Constituinte não pode casar o mandato do presidente Sarney". Cena 2: "A Constituinte não é um poder e não pode fazer nada a não ser escrever a nova Constituição". Cena 3: "A Constituinte é soberana apenas no sentido de que pode escrever a Constituição que quiser". Cena 4: "A Constituinte só pode instituir o parlamentarismo para o próximo mandato". Cena 5: "Se a Constituinte reduzir o mandato do presidente Sarney estará prejudicando um direito adquirido e um ato jurídico perfeito. Caberá então a discussão judicial disso no Supremo Tribunal Federal". Ou seja, na opinião do senador Chiarelli, a nova Constituição elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte pode ser objeto de deliberação do Supremo à luz da atual Constituição.

Há, por trás disso tudo, uma terrível luta pelo poder na qual o alvo principal do Palácio do Planalto, da Frente Liberal e dos conservadores do PMDB é o deputado Ulysses Guimarães — ao qual querem entregar a presidência de uma Constituinte de mãos amarradas, incapaz de mudanças mais profundas nas estruturas sociais do País. A vice-presidência com que lhe acenam é apenas uma honraria inútil, uma tentativa de atrelá-lo ao governo e a seus interesses políticos.

Como afirma o deputado Egidio Ferreira Lima, estão todos jogando e poucos se importando que a Constituinte, por sua importância, "exige que sua instalação seja disciplinada com seriedade, lisura e senso de responsabilidade".

Quanto ao aspecto fisiológico da questão, a eleição de sete membros para a mesa do Senado, mais sete para a mesa da Câmara, mais os líderes e vice-líderes de todos os partidos nas duas Casas do Legislativo criará uma casta de constituintes privilegiados, com poder de barganha para convencer recalcitrantes e inexperientes a votar nesse ou naquele sentido em assuntos de importância crucial. Esses privilegiados vão dirigir orçamentos gigantescos, vão controlar moradas oficiais, vão ter telefones com DDD liberado em seus gabinetes, vão ter automóvel para mandar buscar a esposa deste ou daquele parlamentar no aeroporto ou no cabeleireiro, vão poder prestar todo tipo de favores — em troca de votos.

Um último argumento depõe contra o acordo tentado na residência oficial do presidente do Senado, José Fragelli: este Congresso será renovado em quase 70 por cento. O que pensarão dele os novos deputados e senadores constituintes? A instabilidade natural de um processo constituinte pode-se juntar uma crise institucional séria entre o Legislativo ordinário e a Assembleia Nacional Constituinte — o tal "quadro esquizofrênico", já que se tratam das mesmas pessoas. Se a esta crise juntar-se a crise econômica, interna e externamente, a transição democrática poderá correr sério perigo.

ANC 88

Pasta Dezembro/86

003